

- XIII -**CURRÍCULO COMO INDICADOR DA QUALIDADE DA
EDUCAÇÃO NA ESCOLARIZAÇÃO DE PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA****Fábio Junio da Silva Santos**

Faculdade de Educação – USP

fabiojunio@usp.br**Letícia Paloma de Freitas Pereira Silva**

Faculdade de Educação – USP

leticia.paloma.silva@usp.br**FORMULAÇÃO DO PROBLEMA**

Filiar o currículo como “coração” da escola permite o reconhecimento de que nele se concentram “esforços pedagógicos” (MOREIRA; CANDAU, 2007) postos em funcionamento na escolarização, assim, é possível relacioná-lo como um indicador da qualidade da educação.

A qualidade da educação somada ao acesso e permanência compõem o direito à educação Cury (2005), no entanto, toma-se como objeto de análise a qualidade da educação, particularmente a correlação do currículo como um dos elementos de sua concretude. Qualidade cuja efetivação considera “princípios e regras da administração pública até as diretrizes que regem os currículos da educação escolar” (CURY, 2005, p. 2) assim como prevê que nessa qualidade deva se considerar a “incorporação de conhecimentos que se tornaram patrimônio comum da humanidade”(p. 8).

A elegibilidade do currículo tem como pressuposto que sobre o mesmo confluem práticas que podem sinalizar o modo pelo qual a escola vem se debruçando sobre direito à educação e sobre a escolarização das pessoas com deficiência. Nos limites desse trabalho, currículo é processo social “[...] afetado por forças sociais, por marcos organizativos, pelos sistemas de produção de materiais didáticos, pelo ambiente da aula, pelas práticas pedagógicas cotidianas [...]” (SACRISTÁN, 1998, p. 165).

Ao ser entendido como um indicador, o currículo sinaliza possibilidade de se enveredar na compreensão do modo como as lógicas de ensino capturam a formação das pessoas com deficiência, quais suas ênfases e de que modo compreendem ser essa formação. Por essas razões o currículo é um sinalizador da qualidade da educação pelo o que ele potencialmente pode representar para a escolarização dos sujeitos submetidos em sua ação, cujos efeitos são capturados nas óticas narrativas que cada um dos currículos emprega. A intenção de eleger o currículo como preocupação é o fato dele apreender em sua função a produção de modos de vida desejáveis, formas de participação ancoradas pela escola como espaço de formação da pessoa.

Discute-se que a qualidade da educação tem intensa relação com os currículos propostos para tais pessoas. No intuito de ratificar o currículo como um indicador da qualidade da educação, resolveu-se separar a discussão sobre os indicadores sobre acesso e permanência da discussão propriamente curricular para que a problemática da qualidade da educação não viesse à reboque de ações pautadas mais exclusivamente pelo acesso e permanência como fatores de maior representatividade, assim optou-se por discutir a qualidade da educação por meio da investigação sobre o que se considera currículo para as pessoas com deficiência, assim o corpo da pesquisa compreende dados obtidos na Biblioteca Digital Brasileira de Teses Dissertações da CAPES e Scientific Electronic Library Online (SciELO) entre os anos de 2000 e 2015 a partir dos descritores “escolarização”, “currículo” e “pessoas com deficiência”.

DISCUSSÃO

Essa investigação inicial encontrou terminologias relacionadas à relação que se estabeleceu para investigar a qualidade da educação por meio do currículo direcionado às pessoas com deficiência. Compilaram-se os dados, por meio da leitura de resumos palavras-chave e conclusões, para facilitar a percepção da variedade terminológica, a categorização foi feita a partir do número de recorrências, como segue:

44 recorrências - “Adaptação curricular” e algumas variações adaptação curricular: adaptações curriculares pedagógicas, adaptações curriculares e ensino individualizado, adaptações curriculares individuais, adaptações curriculares/plano de ensino individualizado, adaptações curriculares por meio de rede de apoios, adaptações curriculares produtivas,

aceleração/suplementação/compactação curricular, adaptações curriculares/monitoria/tutoria/mentorias;

14 recorrências - “Adequações curriculares” e variações como adequações curriculares significativas; 7 recorrências: “currículo bilíngue”; 5 recorrências: “Currículo funcional natural – CFN”; 3 recorrências: “currículo inclusivo”; 2 recorrências: “currículo aberto”, “Currículo para crianças com altas habilidades”, “Currículo por projeto”, “Práticas curriculares inclusivas”, “Práticas pedagógicas diferenciadas”;

1 recorrência: “Ajustes curriculares”, “Acesso curricular”, “Acessibilidade”, “Currículo adaptado”, “Currículo adaptado e funcional”, “Currículo como rede de relações”, “Currículo baseado na equivalência de estímulos”, “Currículo culturalmente engajado”, “Currículo surdo”, “Currículo de Língua de Sinais”, “Educação na perspectiva do lazer”, “Habilidades sociais educativas”, “Práticas curriculares”, “Práticas inclusivas”, “Práticas pedagógicas inclusivas”, “Práticas educativas inclusivas”, “Práticas solidárias”, “Práticas corporais alternativas” e “Percepção total do corpo”.

Nesse sentido ao se optar pelo recorte do currículo, entende-se que os aspectos curriculares (em termos de conteúdos que organizam a aprendizagem) não podem ser confundidos com os aspectos pedagógicos, forma de fazer, como, por exemplo, o uso de cadeira de rodas, prancha de comunicação, textos ampliados e outros recursos que estão relacionados às condições empíricas para a aprendizagem. Evidentemente que a obtenção de recursos necessários garante sim a efetivação da aprendizagem, mas isso não pode ser entendido como a aprendizagem em si. A adoção de uma determinada nomenclatura pode se constituir em afastamento do direito se se tem como parâmetro a atenção aos aspectos puramente pedagógicos.

O exercício cotidiano da participação, suscita um primeiro questionamento: às pessoas com deficiência é assegurada a participação, como aos demais estudantes? Essa pergunta tem como elemento de fundo o assentimento de que a escolarização atua na produção de modos de vida desejáveis, isso significa que o currículo como processo social problematiza as relações contidas nessa produção, o fato dos dados pesquisados apontam recorrências que individualizam o sentido do currículo para as pessoas com deficiência se

apresenta como indicativo que ratifica a importância para o direito à educação e, sobretudo, porque demonstra como a participação delas pode sinalizar afastamento do direito.

Esse afastamento pode ser consequência da privatização do sentido de currículo que aprisionados em perspectiva individualizante mina o sentido público implícito na escolarização como um dos elementos estruturantes do direito à educação.

CONCLUSÃO

Pensar na participação das pessoas com deficiência no processo de aprendizagem captado pelo currículo como processo social é antever que a produção de maior ou menor afastamento dessas pessoas ao exercício coletivizante que é a escolarização pode apontar para os modos pelos quais as narrativas dos currículos individualizados pensam a formação dessas pessoas.

A fragilização na participação, no âmbito da individualização do currículo, operacional quando se quer construir modos de vida para inscritos na própria ação que esses currículos descrevem, embarçando assim a qualidade da educação como um dos elementos do direito à educação.

REFERÊNCIAS

CURY, C. J. O Direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola. **Escola de Gestores**. Brasília: MEC, 2005.

CURY, C.; AMARAL, C. O direito à educação básica: análise inicial dos julgamentos do Tribunal de Justiça De Minas Gerais. **Anais...** IV Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação VII Luso-Brasileiro. Porto, Portugal, 2014.

MOREIRA, A. F. B; CANDAU, V. M. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

SACRISTÁN, J. G. O currículo: os conteúdos do ensino ou uma análise da prática? In: PÉREZ GÓMEZ, A. I.; SACRISTÁN, J. G. Compreender e transformar o ensino. Porto Alegre, Artmed, 1998.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 2000.